

PERFIL DOS PROFESSORES QUE DESENVOLVEM PROJETOS COM A TEMÁTICA AMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DO AMAZONAS: O PROGRAMA CIÊNCIA NA ESCOLA

Giselle Palmeira Neves ¹

Karina de Oliveira Milhomem ²

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão ³

Educação Ambiental

RESUMO

A educação se constitui como uma poderosa ferramenta de intervenção no mundo para a construção de novos conceitos e conseqüente mudança de hábitos. Neste sentido, a educação ambiental propõe a construção da cidadania ambiental, estimulando interações menos danosas dos seres humanos entre si e deles com os demais seres que habitam o Planeta, para a construção do presente e de um futuro sustentáveis, sadios e socialmente justos. O objetivo deste trabalho foi analisar o perfil dos professores que trabalharam com a temática ambiental no desenvolvimento de projetos, em escolas públicas da Educação Básica, apoiados pelo Programa Ciência na Escola (FAPEAM) nos anos de 2014 e 2015. Foram analisados 61 projetos desenvolvidos nos anos de 2014 e 2015 em escolas públicas da capital Manaus e em nove municípios do Amazonas. Os resultados aqui apresentados foram obtidos a partir da análise de editais, decisões, projetos e seus respectivos relatórios. Os professores coordenadores dos projetos são em sua maioria do sexo feminino (75%). Todos os professores possuem formação superior completa, dos quais 31% possuem pós-graduação em nível de especialização (*Lato Sensu*) e 9% possuem titulação de mestre. Boa parte dos deles (47%) vem de uma formação acadêmica ligada às Ciências Biológicas, seguida das Ciências Humanas (35%) e Ciências Exatas (18%). Mesmo possuindo curso superior e tendo cursado a graduação após a implementação da EA como obrigatória nas licenciaturas (PNEA, 1999) grande parte dos professores ainda apresentam dificuldades para trabalhar a temática ambiental, abordando-a em sua maioria em uma visão conservacionista e pragmática.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Perfil de professores. Projetos Escolares.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a escola é considerada uma instituição corresponsável na transformação social. É um núcleo social por onde todo brasileiro passa, ou deveria passar, por meio do qual entra em contato com os conhecimentos formais e valores societários e culturais. Dentre eles, estão aqueles agremiados pela Educação Ambiental que, desde 1999, em decorrência do Programa Nacional de Educação Ambiental - PNEA, passam a estar mais presentes no espaço escolar (Costa e Lima, 2015).

Desde 2004, o governo do Amazonas implementou o Programa Ciência na Escola – PCE, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, em

¹Prof. Me. Giselle Palmeira Neves – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Centro de Ciências do Ambiente, gisellep.neves@hotmail.com.

²Prof. Me. Karina de Oliveira Milhomem - Secretária de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas, karinamilhomem@hotmail.com.

³Prof. Dr Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão²- Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Centro de Ciências do Ambiente, mariaoliviar@uol.com.br.

parceria com as secretarias de Estado e Municipal de Educação (SEDUC/SEMED). No período de 2004 a 2015, o PCE financiou cerca de 800 projetos nas diversas áreas do conhecimento realizados em escolas públicas na capital e no interior do Amazonas.

Dessa forma, o PCE se constitui em uma ótima oportunidade de identificar como a temática ambiental vem sendo trabalhada pelos professores nos projetos apoiados. Neste contexto, o trabalho aqui apresentado analisa o perfil dos professores que desenvolveram projetos a temática ambiental em escolas públicas do Amazonas apoiados pelo PCE nos anos de 2014 e 2015. A identificação do perfil dos professores que estão abordando a temática ambiental pode ajudar na definição de estratégias mais assertivas para a promoção da EA crítica na formação de jovens nas escolas públicas.

METODOLOGIA

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa (GIL, 2010) de caráter descritivo e analítico, que propôs verificar o perfil dos professores que desenvolveram projetos com a temática ambiental em escolas públicas no Amazonas no âmbito do Programa Ciência na Escola - PCE/FAPEAM/SEDUC/SEMED, no período de 2013 e 2014. A análise se deu a partir de dados secundários, relacionados ao Programa Ciência na Escola, obtidos em documentos e bancos de dados da instituição. Os 61 projetos utilizados nesta pesquisa, que abordaram a temática ambiental, foram aprovados e homologados no âmbito dos Editais FAPEAM N. 029/2013 e N. 021/2014.

Os dados quantitativos foram obtidos a partir da análise dos projetos e os relatórios receberam tratamento estatístico descritivo, objetivando analisar os aspectos de interesse do estudo em tela. Os textos dos projetos e relatórios foram analisados por meio do método de análise de conteúdo de Bardin (2011). Posteriormente com base nas análises de conteúdo dos relatórios de pesquisa, os projetos foram categorizados segundo as três macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil – conservacionista, pragmática e crítica. (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os professores coordenadores de projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Ciência na Escola – PCE/FAPEAM/SEDUC/SEMED no período estudado, 75% são mulheres. Este quadro é uma realidade característica do Brasil onde, segundo dados do Censo Demográfico de 2013, as mulheres correspondem a 51,4% da população brasileira e na

profissão docente elas representam a grande maioria, correspondendo a 83,1% dos professores brasileiros (IBGE, 2013).

A deficiência na formação inicial dos docentes é um dos grandes entraves para a melhoria da qualidade da educação. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N. 9394/96), a graduação é o mínimo de formação exigida para o exercício da atividade docente (BRASIL, 1996). Todos os professores (n=57), que desenvolveram projetos com a temática ambiental no período estudado, possuem formação superior (graduação completa) (Figura 1).

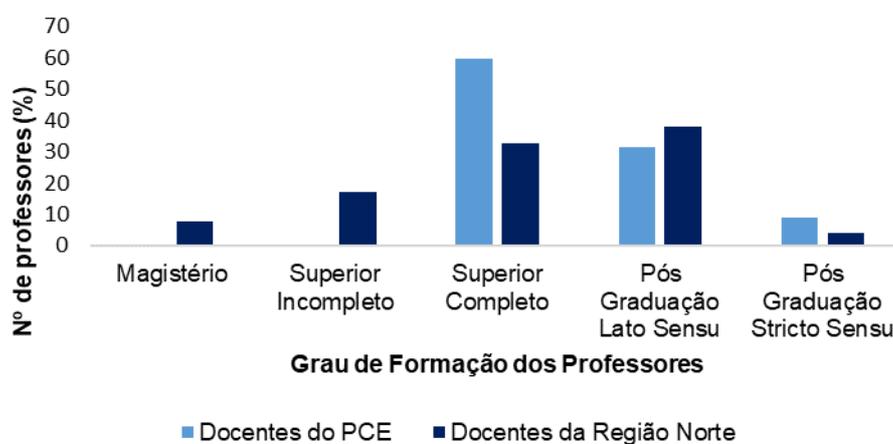


Figura 1. Grau de formação dos professores coordenadores de projetos PCE Editais N. 029/2013 e 021/2014 (N= 57) e dos professores da Região Norte (AP/PA) segundo Trajber e Mendonça (2006) (N= 44).

O quadro de professores aqui analisado, onde todos já possuem formação superior completa, é bem diferente daquele apresentado cerca de 12 anos atrás por Trajber e Mendonça (2006) na publicação "O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?". As autoras encontraram pouco mais da metade (56,9%) dos professores com formação superior completa atuando na EA.

Pensando nas tradicionais grandes áreas de conhecimento, Humanas, Exatas e Biológicas, boa parte dos sujeitos da pesquisa - 27 (47%) professores - vem de uma formação acadêmica ligada às Ciências Biológicas nas licenciaturas em: Biologia (20), Ciências (5) e Educação Física (2). (Figura 2).

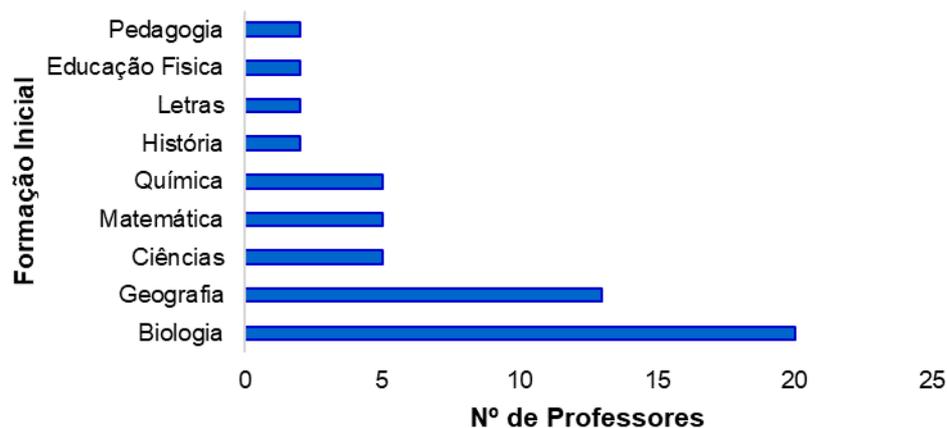


Figura 2. Formação inicial dos professores que desenvolveram projetos com temática ambiental no PCE/FAPEAM Editais N. 029/2013 e 021/2014 (N= 57).

Fonte: elaborado neste estudo com dados da Diretoria Técnico-Científica - DITEC/FAPEAM, 2016.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem o tema “Meio Ambiente” como uma abordagem transversal, onde a Educação Ambiental deve ser tratada como um tema transversal, em todas as disciplinas, de todas as séries do Ensino Básico (BRASIL, 1998). A transversalidade é identificada nos projetos do PCE desenvolvidos pelos professores aqui analisados, uma vez que estes foram desenvolvidos abordando temas ambientais nas diversas disciplinas da educação básica de diferentes áreas do conhecimento.

A partir da análise dos relatórios, foi possível identificar que alguns professores realizam um grande esforço para desenvolver ações que rotulam como EA. No entanto, é visível que muitas dessas ações se concentram em uma visão conservacionista e pouco crítica. Parte dos docentes não expressam de forma clara as metodologias utilizadas para realização de tais atividades e provavelmente isso ocorra devido alguma deficiência em sua formação inicial, pois mesmo que a EA seja obrigatória em todos os cursos de licenciatura, algumas instituições oferecem essa disciplina como optativa, ficando a critério do aluno fazer ou não, ou em alguns casos, simplesmente não a oferecem.

CONCLUSÕES

Mais da metade dos professores que desenvolveram projetos com a temática ambiental possuem formação acadêmica ligada às Ciências Biológicas, seguida das Ciências Humanas, e menos da metade possui algum curso de pós graduação, *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. Mesmo possuindo curso superior e tendo cursado a graduação após a implementação da EA como obrigatória nas licenciaturas (PNEA, 1999) grande parte dos professores ainda apresentam dificuldades para trabalhar a temática ambiental, abordando-a em sua maioria em uma visão conservacionista e pragmática. Boa parte dos professores ainda se pauta na transmissão do

conhecimento. Mesmo utilizando a metodologia de projeto, muitos professores ainda centralizam as decisões frente a abordagem da problemática ambiental e consequentemente ainda precisam mudar seu comportamento buscando maior envolvimento dos alunos e da comunidade frente às questões ambientais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.S.V. **A inclusão da Educação Ambiental nas escolas públicas do estado de Goiás: o caso dos PRAECs.** 124f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 70. ed. São Paulo. 2011.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.

BRASIL. Resolução Nº 2, DE 15 de Junho De 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20.01.2016.

BRASIL. **Educação na diversidade:** o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental / Organização: Rachel Trajber, Patrícia Ramos Mendonça. – Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF. 28 de abril de 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>. Acesso em: 20.01.2016.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p. disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> > Acesso em: 20.01.2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF. 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20.01.2016.

COSTA, G.C.; LIMA, M. J. G. S. **Educação Ambiental na escola: uma análise das concepções e práticas presentes em relatos de experiência dos Encontros Regionais de Ensino de Biologia RJ/ES.** VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Rio de Janeiro. 19-22/julho.2015.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade.** v.17, n.1. p. 23-40. Jan./mar. 2014.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **Mapeando as macro-tendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Contemporânea no Brasil.** VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental” A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil. Ribeirão Preto, 2011.

MORALES, A. G. **A formação do profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações.** 2 ed. 223p. 2012.

SILVA, L. P.; TAVARES, H. M. **Pedagogia de projetos: inovação no campo educacional.** Revista da Católica. v.2, n.3, p.236-245. 2010.